

# Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
e relatório dos auditores  
independentes**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>5</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>6</b>
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa</b>	<b>9</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>10</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## Aos Administradores e Acionistas da Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro – RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Luiz Ferreira

Contador CRC RJ-087095/O-7

# Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	2021	2020
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	155	5.224
Concessionárias e permissionárias	10	853	812
Ativo contratual	11	7.492	6.348
Outros créditos		<u>629</u>	<u>857</u>
<b>Total do ativo circulante</b>		<u>9.129</u>	<u>13.241</u>
<b>Não circulante</b>			
Títulos e valores mobiliários	9	707	745
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15a	1.606	1.957
Ativo contratual	11	82.856	74.318
Imobilizado		<u>47</u>	<u>80</u>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<u>85.216</u>	<u>77.100</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>94.345</u>	<u>90.341</u>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	12	165	317
Empréstimos e financiamentos	13	-	1.965
Dividendos a pagar	16.d	5.745	3.801
Impostos e contribuições sociais		139	413
Outras contas a pagar		<u>534</u>	<u>276</u>
<b>Total do passivo circulante</b>		<u>6.583</u>	<u>6.772</u>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	13	-	13.206
PIS e COFINS diferidos	14	8.067	7.254
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15b	<u>17.601</u>	<u>14.048</u>
<b>Total do passivo não circulante</b>		<u>25.668</u>	<u>34.508</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	16.a	36.857	36.857
Adiantamento para futuro aumento de capital	16.b	6.792	-
Reserva legal	16.c	1.209	800
Dividendo adicional proposto	16.d	<u>17.236</u>	<u>11.404</u>
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>62.094</u>	<u>49.061</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>94.345</u>	<u>90.341</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

*(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)*

	Nota	2021	2020
Receita líquida	17	15.668	6.439
Custos operacionais	18	<u>(1.684)</u>	<u>(1.835)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u>13.984</u>	<u>4.604</u>
Despesas administrativas	19	<u>(228)</u>	<u>(108)</u>
<b>Lucro operacional</b>		<u>13.756</u>	<u>4.496</u>
<b>Receitas (despesas) financeiras</b>			
Receitas financeiras	20	215	93
Despesas financeiras	20	<u>(1.025)</u>	<u>(1.129)</u>
<b>Total do resultado financeiro líquido</b>		<u>(810)</u>	<u>(1.036)</u>
<b>Lucro antes do impostos de renda e da contribuição social</b>		<u>12.946</u>	<u>5.605</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	15.c	(847)	(369)
Imposto de renda e contribuição social diferido	15.c	<u>(3.914)</u>	<u>(909)</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<u>(4.761)</u>	<u>(1.278)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u>8.185</u>	<u>2.182</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A.

## Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

*(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)*

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	8.185	2.182
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>8.185</u>	<u>2.182</u>

As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações financeiras.

# Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Capital social Subscrito	AFAC	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros/ Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<u>36.610</u>	-	691	9.849	-	47.150
Aumento de Capital	247	-	-	-	-	247
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.182	2.182
Constituição Reserva legal	-	-	109	-	(109)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(518)	(518)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	1.555	(1.555)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<u>36.857</u>	-	800	11.404	-	49.061
Aumento de Capital	-	6.792	-	-	-	6.792
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.185	8.185
Constituição Reserva legal	-	-	409	-	(409)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.944)	(1.944)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	5.832	(5.832)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<u>36.857</u>	<u>6.792</u>	<u>1.209</u>	<u>17.236</u>	-	<u>62.094</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A.

## Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

*(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)*

	2021	2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	<b>8.185</b>	<b>2.182</b>
Ajuste para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Impostos diferidos	15 4.717	864
Juros e variação monetária sobre empréstimos	13 1.046	1.076
Remuneração do ativo contratual	10 (7.334)	(6.821)
Depreciação e amortização	33	(15)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber - ativo contratual	10 (2.348)	6.662
Concessionárias e permissionárias	(41)	(31)
Outros ativos	228	32
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(152)	264
Impostos e contribuições sociais	(274)	(169)
Outros passivos	423	(38)
Adiantamentos de clientes	(165)	-
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	13 (929)	(1.082)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>3.389</b>	<b>2.924</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Títulos e valores mobiliários	9 38	1.030
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades investimento</b>	<b>38</b>	<b>1.030</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Empréstimos - pagamento do principal	13 (15.288)	(1.910)
Integralização de capital	-	247
Adiantamento para futuro aumento de capital	16.b 6.792	-
<b>Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento</b>	<b>(8.496)</b>	<b>(1.663)</b>
<b>Aumento/(redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(5.069)</b>	<b>2.291</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	8 5.224	2.933
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	8 155	5.224
<b>Aumento/(redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(5.069)</b>	<b>2.291</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras** *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### **1 Contexto operacional**

A Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14 de dezembro de 2010, estabelecida na Av. Marechal Câmara, 160 - sl. 323 - Parte - Centro/RJ - 20.020-080 no Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais reserva, e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

#### **1.1 Contrato de concessão**

Em 9 de dezembro de 2010, a Cobra Instalaciones y Servicios S.A., acionista da Companhia, foi declarada vencedora do Leilão Público ANEEL nº 008/2010 realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a assinatura do contrato de concessão de transmissão de energia elétrica referente à instalação de transmissão de rede básica. Depois da aprovação da ANEEL, a Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. passou a ser acionista majoritária da Companhia.

No dia 16 de junho de 2011, a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Concessão nº 006/2011 pelo prazo de 30 anos, contado a partir da sua celebração, para construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, localizadas no Estado de Minas Gerais.

Instalações de Transmissão compostas pela Subestação Sete Lagoas 4, em 345/138 kV (375MVA), interligação de Barras, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, localizadas no estado de Minas Gerais.

Os trechos de linhas de transmissão em 345 kV, em circuitos simples, com extensão aproximada de 1 km cada trecho, compreendidos entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão Neves 1 - Três Marias 345 kV e a subestação Sete Lagoas 4, as entradas de linha correspondentes na subestação Sete Lagoas 4 e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações e adequações nas entradas de linha das Subestações Neves 1 e Três Marias.

Os equipamentos e instalações descritos nos itens acima foram transferidos sem ônus, em 05 de maio de 2015, conforme Termo no. 006/2015 para a CEMIG Geração e Transmissão S.A. - CEMIG-GT, proprietária das citadas linhas de transmissão que foram seccionadas. O total dos custos para estes equipamentos e instalações foi de R\$12,3 milhões.

Em 16 de novembro de 2011, a ANEEL autorizou a Companhia a implantar reforço na subestação Sete Lagoas 4, conforme especificações a seguir:

- (i) Instalação de um banco de capacitores em derivação de 24,5 Mvar em 138 kV;
- (ii) Instalação de um módulo de conexão 138 kV, arranjo barra dupla a quatro chaves, referente ao banco de capacitores em derivação de 24,5 Mvar em 138 kV; e
- (iii) Complementação do módulo de infraestrutura geral pela instalação de um módulo de infraestrutura de manobra referente ao módulo de conexão para o banco de capacitores de 24,5 Mvar em 138 kV.

As instalações de transmissão descritas anteriormente, entraram em operação comercial em junho de 2014.

Em 23 de dezembro de 2021, a totalidade das ações da Companhia que pertenciam ao Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. e Cobra Instalaciones y Servicios S.A. foram adquiridas pela Companhia Energética de Minas Gerais (“CEMIG”).

## **1.2 Receita Anual Permitida**

Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895, estabeleceu a receita anual permitida (“RAP”) atualizada da Companhia em R\$ 7.957 para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022 (R\$ 6.836 para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021).

## **1.3 Corona vírus (“Covid-19”)**

### Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a situação de disseminação do Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente, no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. As economias mundiais vêm se esforçando no desenvolvimento de medidas para enfretamento e redução dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia, especialmente por meio de seus bancos centrais e autoridades fiscais.

### Medidas implementadas

A Companhia implementará as mesmas diretrizes de sua controladora (“CEMIG”), que criou, em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões, tendo em vista a rápida evolução do cenário, que tem se tornado mais abrangente, complexo e sistêmico.

Em linha com as recomendações para manutenção do distanciamento social, a Companhia implementou um plano de contingência operacional e uma série de medidas preventivas para manter a saúde e segurança da sua força de trabalho, incluindo: realização diária de contato “in loco” com as equipes em serviço por técnicos de Segurança e de Enfermagem, integração diária com o serviço social das contratadas para monitoramento da evolução de casos suspeitos, alteração e escalonamento de horários para reduzir aglomerações, restrição a viagens nacionais e internacionais, uso de meios remotos de comunicação, adoção de home-office para uma parcela

relevante dos empregados, com retorno gradual até janeiro de 2022, distribuição de máscaras para os colaboradores que estão em atividades em suas instalações ou em atendimento externo e exigência do mesmo procedimento para as empresas contratadas.

Não foram identificados impactos significativos da pandemia na situação patrimonial da Companhia em 2021.

## **2 Base de preparação**

### **Declaração de conformidade**

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 22 de abril de 2022.

## **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### **Julgamentos**

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- (i) critério de apuração e remuneração do ativo contratual, assim como, seu respectivo diferimento atrelado, conforme exposto nas notas explicativas 6.2 e 11;
- (ii) análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa; e
- (iii) reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda.

## **5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

## **6 Principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nesta demonstração financeira.

### **6.1 Instrumentos financeiros**

#### **a. Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sem restrição de uso. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos.

#### **b. Concessionárias e Permissionárias**

Referem-se aos créditos faturado aos agentes do setor conforme determinações do Operador Nacional do Sistema por meio dos Avisos de Créditos (AVCs) mensais. Parcela destes créditos é reconhecida como redução do ativo financeiro da Companhia, oriundo dos serviços de construção prestados e a parcela remanescente, referente aos serviços de operação e manutenção, é reconhecida no resultado do exercício pela prestação destes serviços. A Companhia efetua avaliação das perdas de crédito estimada e, por estar inserida em um setor fortemente regulado pelo por poder concedente, fator este que mitiga o risco de inadimplência, considera como não material eventuais impactos de perda de crédito estimadas.

#### **c. Ativos financeiros**

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado.

*(i) Classificação e mensuração*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

*(ii) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros*

Para os fins desta avaliação, “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado

período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição.

*(iii) Mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Ativos financeiros ao VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em Outros resultados abrangentes (“ORA”). No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

**d. Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

## **6.2 Ativo de contrato**

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo de Contrato”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores.
- (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção.
- (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio do fluxo de caixa de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor

Elétrico (“ONS”) conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

**a. *Ajuste a valor presente de ativos e passivos***

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

**b. *Tributação e encargos regulatórios***

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Programa de Integração Social - PIS às alíquotas de 7,6% e 1,65%;

Reserva Geral de Reversão - RGR ao valor mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL;

Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL.

As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa Aneel nº 504/12.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

**c. *Imposto de renda e contribuição social***

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**d. *Provisões para contingências***

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foi constituída provisão para contingências face à inexistência de riscos com fatos geradores incorridos e/ou discussões em andamento que tenham sido avaliados pela Administração, suportada pelos seus assessores jurídicos, como caracterizando uma obrigação presente como resultado de evento passado, com saída de recursos e confiável estimativa do valor.

**6.3 *Receitas e despesas financeiras***

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

**7 *Mudanças nas principais políticas contábeis***

**7.1 *Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021***

A Companhia avaliou a aplicação pela primeira vez da alteração ao CPC 06 (R2)/IFRS 16, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após esta data, que restringe a aplicação do expediente prático referente à opção por não avaliar se um benefício concedido em

razão da pandemia Covid-19 é uma modificação de contrato às situações em que determinadas condições são satisfeitas.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

## **7.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes**

As principais alterações nas normas internacionais ainda não vigentes estão descritas a seguir:

CPC 26 (IAS 1) Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu uma revisão dos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, para especificar os critérios de classificação de passivos como circulantes e não circulantes. A revisão esclarece, entre outros, o conceito de diferir a liquidação de passivo, além de definir que o direito de diferir deve existir ao final do período de reporte e que a classificação é independente da probabilidade de que a entidade exercerá o seu direito de diferir. Além disso, a revisão determina que somente quando o derivativo embutido em um passivo conversível for um instrumento patrimonial os termos do passivo não impactarão a sua classificação. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

CPC 27 (IAS 16) Ativo imobilizado – Receitas anteriores ao uso pretendido pela Administração: Em maio de 2020, O IASB emitiu alterações na IAS 16 que proíbem as entidades de deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado. A revisão se aplica aos períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e deve ser aplicada retrospectivamente aos bens do ativo imobilizado que se tornaram disponíveis para uso a partir do período anterior mais antigo apresentado. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

CPC 25 (IAS 37) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Contratos onerosos: A alteração especifica quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma “abordagem de custo relacionado diretamente”, sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços inclui custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022 e se aplica prospectivamente. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão, que será aplicada aos contratos cujas obrigações não estiverem totalmente cumpridas no início do período anual em que forem inicialmente adotadas.

CPC 48 (IFRS 09) Instrumentos financeiros – Efeitos das comissões e taxas no Teste “de 10%” para desreconhecimento de passivos financeiros: As alterações esclarecem as taxas que devem ser consideradas na avaliação de quando os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos originais. Essas taxas incluem somente aquelas pagas ou recebidas pelo credor e devedor, incluindo aquelas pagas ou recebidas em nome do outro. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022 e se aplica prospectivamente. A Companhia aplicará as alterações aos passivos financeiros que forem modificados ou trocados a partir do início do período anual em que a

alteração for aplicada pela primeira vez. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

CPC 23 (IAS 08) Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis: As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Também esclarece como as entidades utilizam as técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

CPC 26 (IAS 01 e *IFRS Practice Statement 2) Making Materiality Judgements* – Divulgação de políticas contábeis: A alteração tem como objetivo auxiliar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis que são mais úteis, por meio da substituição da exigência de divulgação das políticas contábeis significativas para divulgação de políticas contábeis materiais, além de adicionar orientações sobre como a entidade aplica o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre a divulgação de políticas contábeis. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2023. Uma vez que as alterações proporcionam orientações não obrigatórias na aplicação da definição de informações sobre as políticas contábeis, não é necessário indicar uma data para início de sua aplicação. A Companhia está avaliando os impactos dessas alterações na sua divulgação de políticas contábeis e não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu a Revisão nº 19/2021, em 25 de outubro de 2021, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, CPC 29 – Ativo Biológico, CPC 27 – Ativo Imobilizado, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias 2018-2020, refletindo as mudanças realizadas nas normas internacionais.

## 8 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Banco conta movimento	155	585
Aplicação Financeira	-	4.639
	155	5.224

Os equivalentes de caixa são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sem restrição de uso. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos. A Companhia optou pela liquidação antecipada dos empréstimos (nota explicativa 15), motivo pelo qual houve o resgate da aplicação financeira.

## 9 Títulos e valores mobiliários - restrito

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	2021	2020
Banco Itaú BBA	Fundo de investimento	100% CDI	707	745
			707	745

O saldo dessa rubrica refere-se ao depósito vinculado para garantia do pagamento do empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), mantido em fundo de investimento junto ao Banco Itaú com meta de remuneração de 100% do CDI. Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor deste uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente ao serviço da dívida de três meses, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES. Em 30 de dezembro de 2021, a Companhia liquidou os financiamentos junto ao BNDES, porém, até o momento da emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia aguarda a decisão de seu acionista para resgatar o presente fundo.

## 10 Concessionárias e permissionárias

	2021	2020
A Vencer	834	791
Vencidos até 90 dias	1	1
Vencidos há mais de 90 dias	18	20
	<u>853</u>	<u>812</u>

## 11 Ativo contratual

	2021	2020
Saldo Inicial	<b>80.666</b>	<b>80.507</b>
Remuneração do ativo contratual (i)	7.334	6.821
Atualização da RAP	9.162	(419)
Recebimentos	(6.814)	(6.243)
	<u>90.348</u>	<u>80.666</u>
Circulante	7.492	6.348
Não Circulante	82.856	74.318
	<u>90.348</u>	<u>80.666</u>

- (i) Conforme exposto na nota explicativa 1.2, a revisão da receita anual permitida para o ciclo 2021/2022 sofreu incremento relevante em 2021 em função dos altos patamares atingidos pela inflação no país, uma vez que a RAP é corrigida anualmente pela ANEEL.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram identificados indicativos internos ou externos que pudessem gerar dúvidas que o ativo de contrato possa estar registrado por valor acima ao de sua recuperação.

## 12 Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores - materiais e serviços	<u>165</u>	<u>317</u>
<b>Total</b>	<u><b>165</b></u>	<u><b>317</b></u>

## 13 Empréstimos e financiamentos

	2020	Juros	Amortização de juros	Amortização do principal	2021
BNDES (a)	<u>15.171</u>	<u>1.046</u>	<u>(929)</u>	<u>(15.288)</u>	<u>-</u>
	<u><b>15.171</b></u>	<u><b>1.046</b></u>	<u><b>(929)</b></u>	<u><b>(15.288)</b></u>	<u><b>-</b></u>
	2019	Juros	Amortização de juros	Amortização do principal	2020
BNDES (a)	<u>17.084</u>	<u>1.079</u>	<u>(1.082)</u>	<u>(1.910)</u>	<u>15.171</u>
	<u><b>17.084</b></u>	<u><b>1.079</b></u>	<u><b>(1.082)</b></u>	<u><b>(1.910)</b></u>	<u><b>15.171</b></u>
				<b>2021</b>	<b>2020</b>
Circulante				-	1.965
Não circulante				-	<u>13.206</u>
				<u>-</u>	<u><b>15.171</b></u>

(a) BNDES

Refere-se ao contrato de financiamento mediante abertura de crédito estabelecido com o BNDES em 15 de agosto de 2014, destinado à implantação do sistema de transmissão composto pela subestação Sete Lagoas 4 em 345/138 kV e dois trechos de linha de transmissão com aproximadamente 1 Km em 345 kV, todas no estado de Minas Gerais.

- **Subcrédito A** - Principal de R\$ 18.262 sobre o qual incidem juros de 1,97% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo-TJLP. O montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder 6% a.a. (URTJLP) é capitalizado mensalmente no dia 15 (quinze) de cada mês da vigência do Contrato e no seu vencimento ou liquidação. A amortização e pagamento de juros serão realizados em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de dezembro de 2014 e a última em 15 de novembro de 2028.
- **Subcrédito B** - Principal de R\$ 6.100 sobre o qual incidem juros de 1,57% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo TJLP. O montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder 6% a.a. (URTJLP) é capitalizado mensalmente no dia 15 (quinze) de cada mês da vigência do Contrato e no seu vencimento ou liquidação. A amortização e pagamento de juros serão realizados em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de dezembro de 2014 e a última em 15 de novembro de 2028.

O financiamento é garantido por:

- (i) Penhor de direito de concessão;
- (ii) Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e outras Avenças;
- (iii) Direitos creditórios, provenientes da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, previsto no Contrato de Concessão, no CPST - Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão e no CUST- Contrato de Uso do Sistema de Transmissão.
- (iv) Direitos creditórios das seguintes contas:
  - Conta Centralizadora, na qual serão depositados todos os recursos provenientes dos direitos cedidos.
  - Conta Reserva, constituída com saldo de 03 (três) vezes o valor da última prestação mensal vencida no serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida, até a liquidação do financiamento.
- (v) Fiança Bancária Itaú Unibanco.

Em 30 de dezembro de 2021, Companhia liquidou os contratos de financiamentos supracitados junto ao BNDES.

## 14 PIS e COFINS diferidos

O saldo dos impostos diferidos em 31 de dezembro de 2021 é de R\$8.067 (R\$7.254 em 31 de dezembro de 2020).

Montante relacionado à diferença temporária sobre as receitas do Ativo contratual (nota explicativa 11), na aplicação do CPC 47, que será amortizado até o final do prazo da concessão.

## 15 Imposto de renda e contribuição social

### Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

#### a. Ativo

Refere-se ao ativo diferido fiscal sobre prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social. A Companhia, vide sua natureza de contrato de concessão e garantia de RAP, possui expectativa de lucratividade futura para realização de seus ativos fiscais diferidos.

<b>Ativo Diferido</b>	<b>Base de cálculo</b>	<b>2021 Tributo diferido</b>
<b>Imposto de renda</b>		
Prejuízo Fiscal	4.800	1.200
<b>Contribuição Social</b>		
Prejuízo Fiscal	4.514	<u>406</u>
		<u><u>1.606</u></u>
<b>Ativo Diferido</b>		<b>2020 Tributo diferido</b>
<b>Imposto de renda</b>		
Prejuízo Fiscal	5.800	1.450
<b>Contribuição Social</b>		
Prejuízo Fiscal	5.631	<u>507</u>
		<u><u>1.957</u></u>

Abaixo, um resumo dos períodos de recuperação do Imposto de renda e contribuição social diferidos:

<b>2022</b>	170
<b>2023</b>	201
<b>2024</b>	232
<b>2025</b>	264
<b>2026</b>	296
<b>2027</b>	328
<b>2028</b>	<u>117</u>
	<u><u>1.606</u></u>

**b. Passivo**

Refere-se ao passivo diferido fiscal sobre os rendimentos do ativo de contrato oriundo dos valores do fluxo de caixa futuros projetados avaliados a valor justo que compõe o ativo de contrato da Companhia, relacionado à aplicação do CPC 47.

	2021	2020
<b>Passivo não circulante</b>		
Imposto de renda diferido	12.958	10.300
Contribuição social diferida	4.643	3.748
	<b>17.601</b>	<b>14.048</b>

**c. Resultado**

As despesas com o imposto de renda e contribuição social nos resultados do exercício em 31 de dezembro de 2021 e 2020 encontram resumida a seguir.

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	12.946	3.460
Despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	4.402	1.176
<b>Adições (exclusões)</b>		
Compensação de prejuízos fiscais	335	96
Outros	24	6
IRPJ e CSLL corrente	847	369
IRPJ e CSLL diferido	3.914	909
IRPJ e CSLL corrente/diferidos reconhecido no resultado	<b>4.761</b>	<b>1.278</b>
<i>Alíquota efetiva</i>	<i>37%</i>	<i>37%</i>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são diferenças temporárias e são reconhecidos sobre os ajustes relacionados a contabilização do ativo de contrato.

## 16 Patrimônio líquido

**a. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social subscrito é de R\$ 36.857 dividido em 36.857.080 ações ordinárias (em 31 de dezembro de 2021, R\$ 36.857 dividido em 36.857.000 ações ordinárias) sem valor nominal, totalmente integralizadas.

O capital subscrito e integralizado da Companhia é composto como se segue:

	<b>Ações ordinárias nominativas</b>	
	2021	2020
Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A.	-	36.857.079
Cobra Instalaciones y Servicios S.A.	-	1
Companhia Energética de Minas Gerais ("CEMIG")	36.857.080	-
	<b>36.857.080</b>	<b>36.857.080</b>

**b. Adiantamento para futuro aumento de capital**

Conforme descrito na nota explicativa n.1, em 23 de dezembro de 2021, a totalidade das ações nominativas da Companhia foi adquirida pela CEMIG e em 30 de dezembro de 2021, o novo acionista aportou R\$ 6.972 (sem a emissão de novas ações nominativas), com o objetivo de liquidar os financiamentos desta contaídos junto ao BNDES. O referido AFAC, aportado em caixa, possui natureza irrevogável e irretroatável, não sendo passível de devolução aos acionistas da Companhia.

**c. Reserva legal**

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

**d. Dividendos**

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, a Companhia destinou os outros 75% do lucro líquido do exercício ajustado para dividendos propostos.

**17 Receita operacional líquida**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Receita de remuneração ativo contratual	16.132	6.419
Receita de operação e manutenção	1.334	1.147
Outras Receitas/ Ajuste de revisão tarifária	196	(30)
Receita bruta	17.662	7.536

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Receita bruta	17.662	7.536
(-) PIS e COFINS	(1.656)	(798)
(-) Quota para RGR e Pesquisa e desenvolvimento	(338)	(299)
Receita líquida	15.668	6.439

**18 Custos operacionais**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Serviços prestados	(1.593)	(1.829)
Pessoal	-	46
Outras despesas	(91)	(53)
Total	(1.684)	(1.856)

## 19 Despesas administrativas

	2021	2020
Serviços prestados	(148)	(97)
Gerais e administrativas	<u>(80)</u>	<u>(11)</u>
Total	<u><u>(228)</u></u>	<u><u>(108)</u></u>

## 20 Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas de aplicações financeiras	<u>215</u>	<u>93</u>
Receitas financeiras	<u><u>215</u></u>	<u><u>93</u></u>
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.046)	(1.076)
Outras receitas (despesas) financeiras	<u>19</u>	<u>(53)</u>
Despesas financeiras	<u><u>(1.025)</u></u>	<u><u>(1.129)</u></u>
Resultado financeiro	<u><u>(810)</u></u>	<u><u>(1.036)</u></u>

## 21 Transação com partes relacionadas

### a. Remuneração da Administração

Em 31 de dezembro de 2021 não houve despesa com a remuneração dos administradores na Companhia. A remuneração foi realizada pelo ex-acionista, Cobra Brasil.

### b. Transações comerciais e societárias

	2021	2020
<b>Ativo circulante</b>		
Companhia Energética de Minas Gerais (Contas a receber “ <i>Concessionárias</i> ”)	496	472
<b>Passivo circulante</b>		
Companhia Energética de Minas Gerais (Adiantamento de clientes)	(165)	-
Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. (i)	-	(3.801)
Companhia Energética de Minas Gerais (Dividendos mínimos obrigatórios)	(5.745)	-
<b>Patrimônio líquido</b>		
Companhia Energética de Minas Gerais (AFAC)	(6.972)	-
(i) De acordo com o seu estatuto social, a Companhia vinha provisionando ao ex-acionista, montantes que totalizavam aproximadamente R\$ 3.801 até 31 de dezembro de 2020.		

## 22 Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco e de capital exercidos pela Companhia.

### 22.1 Gerenciamento de riscos

Visão geral - a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a. Risco de crédito.
- b. Risco de mercado.
- c. Risco operacional.
- d. Risco de liquidez.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

#### a. *Riscos de crédito*

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo contratual e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	2021	2020
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	155	5.224
Títulos e valores mobiliários	707	745
Ativo contratual	<u>90.348</u>	<u>80.666</u>
	<u>91.210</u>	<u>86.635</u>

**Títulos e valores mobiliários** - Representado pelas aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

**Ativo contratual** - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: “Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e

da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.” São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.

As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.

Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.

No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

**b. *Risco de mercado***

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém os mesmos são monitorados periodicamente pela Administração. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

**Risco de inflação** - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

**Risco de captação** - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

**c. *Riscos operacionais***

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

**Risco técnico** - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

**Riscos regulatórios** - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

**Risco de seguros** - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de

contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

**d. Risco de liquidez**

A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e para que não quebre cláusulas do empréstimo. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas e cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

## **22.2 Categorias de instrumentos financeiros**

<b>Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)</b>	<b>Classificação</b>
Caixa e equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado
Ativo Contratual	Custo amortizado
<b>Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)</b>	
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

## **22.3 Classificações contábeis e valores justos**

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

**Caixa equivalentes de caixa** - contas correntes conforme posição dos extratos bancários.

**Títulos e Valores Mobiliários** - aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras.

## 23 Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

## 24 Seguros

A Companhia adota política de manutenção de seguros em níveis que a Administração considera adequados para cobrir os eventuais riscos de responsabilidade ou sinistros de seus ativos. A Companhia possui cobertura de seguro contra incêndio empresarial, veículos, responsabilidade civil e danos materiais sobre as subestações e linhas de transmissão.

A cobertura de seguros da Companhia está demonstrada conforme quadro a seguir:

<b>Ativo</b>	<b>Tipo de cobertura</b>	<b>Vigência</b>	<b>Importância segurada</b>
Subestações Sete Lagoas 4, em 345/138 kV e Linha de Transmissão	Risco de engenharia e Responsabilidade Civil	30/06/2021-29/06/2022	7.000
Subestações Sete Lagoas 4, em 345/138 kV e Linha de Transmissão	Riscos nomeados	30/06/2021-29/06/2022	30.684

\* \* \*

Adilson Dias Mattos  
Diretor

Demétrio Alexandre Ferreira  
Diretor

Mário Lúcio Braga  
Superintendente de Controladoria  
CRC-MG-47.822

José Guilherme Grigolli Martins  
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações  
Contador - CRC - 1SP/242451-04

**Demonstrações Financeiras 2021 - Sete Lagoas**

CHAVE: D51B28A7A9C7D7E140CEE7639B7FDB95A33A67EA2E9311E1AC4C198D6D3D77B

 Carimbo do Tempo homologado pela ICP-Brasil

## Assinaturas

**Demétrio Alexandre Ferreira**

demetrio@cemig.com.br

Assinado em: 20/05/2022 13:34:09 (BRT)

IP: 179.189.188.56

Geolocalização: -19.9181, -43.937

Assinatura Eletrônica  
20/05/2022 16:34 UTC



523.\*\*\*.\*\*\*-91  
Demétrio Alexandre Ferreira

**Adilson Dias Mattos**

amattos@cemig.com.br

Assinado em: 19/05/2022 13:50:08 (BRT)

IP: 128.201.18.240

Geolocalização: -19.928598, -43.950233

Assinatura Eletrônica  
19/05/2022 16:48 UTC



560.\*\*\*.\*\*\*-68  
Adilson Dias Mattos

**Mário Lúcio braga**

mmario@cemig.com.br

Assinado em: 19/05/2022 12:24:35 (BRT)

IP: 128.201.18.240

Geolocalização: -19.9293405, -43.9505343

Assinatura Eletrônica  
19/05/2022 15:24 UTC



469.\*\*\*.\*\*\*-53  
Mário Lúcio braga

**José Guilherme Grigolli Martins**

jose.martins@cemig.com.br

Assinado em: 19/05/2022 11:55:28 (BRT)

IP: 128.201.18.240

Geolocalização: -19.9327744, -43.9615488

Assinatura Eletrônica  
19/05/2022 14:55 UTC



296.\*\*\*.\*\*\*-77  
José Guilherme Grigolli Martins

## Eventos da coleta

Criação	19/05/2022 11:42:46 (BRT)
Conclusão	20/05/2022 13:34:08 (BRT)